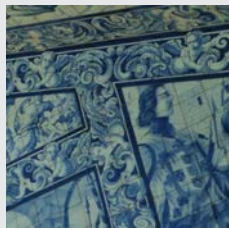




É urgente regular o Ensino Profissional
O Estado deve tratar as escolas e os seus profissionais com o devido respeito.
Pág. 02



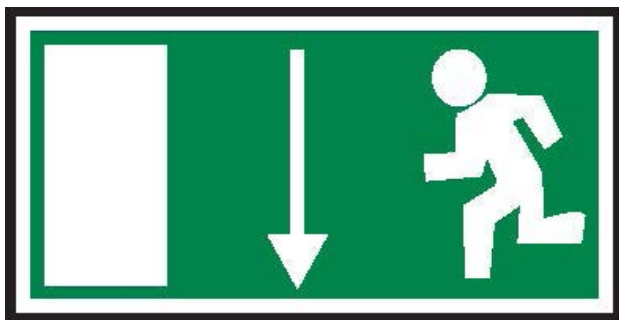
Processo de transferência de competências para as autarquias nasceu torto
Pág. 03



Ações acreditadas promovidas pelo SPZC
O Centro de Formação tem um conjunto de ações que atribuem unidades de crédito aos docentes que as frequentarem
pág. 04

Requalificação é sinónimo de despedimento encapotado

Há que fazer frente a esta forma habilidosa de destruir o emprego. Todos juntos, num exercício de cidadania ativa, devemos defender a estabilidade familiar e profissional



O SPZC tudo está a fazer para evitar a requalificação dos docentes. Está, seriamente, preocupado com a possibilidade do Governo poder vir a abranger professores e educadores nas medidas de mobilidade especial e requalificação agora anunciadas.

Ao longo dos últimos nove anos o Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), no seio das organizações onde tem assento e nos diversos fóruns negociais, bateu-se sempre de forma firme, sem tergiversar, contra esta opção governativa que pretende através de um método cego e absolutamente inaceitável, dispensar profissionais qualificados, absolutamente necessários ao sistema educativo.

O SPZC foi inamovível na sua oposição a esta medida e mesmo quando após estes anos, quase uma década depois, este Governo lhe pretendeu dar execução, não baixámos os braços. Primeiro conseguindo que a data da sua aplicação aos educadores e professores sofresse uma dilatação

importante, 30 de Janeiro de 2015. Depois sensibilizando e demonstrando ao Governo a mais-valia para o sistema educativo desses educadores e professores e a forma como poderiam ser aproveitados para a valorização dos alunos e da qualidade da Educação em Portugal

Numa luta contra o tempo o SPZC conseguiu encontrar mecanismos que obstaram a que a maioria, se não a totalidade, dos educadores e professores, fossem abrangidos por essa habilidosa forma de destruição de postos de trabalho e no caso vertente da Educação, eufemisticamente apelidada de “Requalificação”.

Hoje, fruto deste empenhamento do SPZC é possível dizermos que em 2015 os educadores e professores ganharam e com eles a Educação em Portugal.

Mas não podemos baixar os braços.

A defesa que sempre fizemos de que não há educadores e professores excedentários no sistema educativo só agora se iniciou. Se o país procura o caminho do desenvolvimento, é essencial apostar na Educação, numa educação de qualidade, para a qual todos, educadores e professores, estamos convocados.

No próximo ano, 2016, iremos estar de novo confrontados com [||| segue na p. 4](#)

editorial

Centelha de esperança

Nestes tempos conturbados, há um clarão de expectativas positivas que teimamos em detonar.

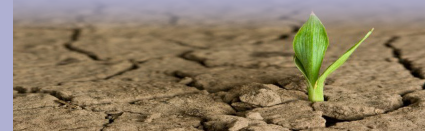
Os últimos anos têm sido aziagos do ponto de vista socioprofissional. Aos cortes nos vencimentos e nas pensões e ao congelamento de carreiras, junta-se agora a requalificação.

A precariedade no emprego está instalada e assume, neste momento, contornos kafkianos. Não é compreensível que um processo desta natureza seja aplicado ao Ensino. O SPZC sempre o disse, com fundamento, que os jardins de infância e as escolas portuguesas têm educadores e professores a menos. Basta olhar para o incontável número de horas que cada colega cumpre ao serviço dos seus alunos.

Mas como se tudo isto não bastasse, o Governo português pretende, à socapa e à sorrelfa, avançar com a transferência de competências para as autarquias. As entidades e as pessoas, que deveriam ser o princípio e o fim deste novo e intrincado paradigma, não são tidas nem achadas.

Também o ensino profissional privado nos merece a maior preocupação. Importa que todo ele seja enquadrado num ordenamento jurídico que lhe dê o merecido lugar.

Para colmatar a escassez de oferta de ações de formação acreditadas e creditadas, o novel Centro de Formação do SPZC apresenta o rol de temas na “última” desta *newsletter*.



esta situação. Urge que todos tenhamos consciência que esta luta não é das organizações sindicais. Esta luta não é só do SPZC.

Esta luta é nossa. Esta é uma luta de todos os docentes e que defende também a estabilidade familiar e profissional dos educadores e professores.

É ingente o desafio que se nos coloca em termos pessoais e coletivos. O exercício da nossa cidadania apela-nos a uma participação ativa.

O SPZCentro como o tem feito ao longo destas quase quatro décadas não se furtará, mas o contributo individual é essencial, 2016 é já amanhã.



Com a publicação da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, foi estabelecido o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública, visando o seu aproveitamento racional. Esta legislação foi posteriormente objeto de enquadramento pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro no que concerne aos regimes de vinculação, de carreira e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Finalmente a Lei n.º 80/2013 de 28 de novembro, avança na forma de mobilidade para trabalhadores da Administração Pública (Requalificação), entre os quais educadores e professores. [CS]

É urgente regular o Ensino Profissional

Estão a ser empreendidos esforços para que sejam encetadas negociações com a CNEF sobre o CCT

O ensino profissional foi reintroduzido em Portugal em 1989, tendo sido um dos grandes impulsionadores o Professor Joaquim Azevedo.

Ao longo dos anos a opção pelos cursos profissionais foi crescendo abrangendo hoje cerca de 43 por cento da população escolar.

Apesar da oferta de cursos profissionais ter sido generalizada a todas as escolas geridas pelo Estado a partir de 2005, não podemos ignorar o papel que as escolas privadas tiveram no impulsionar deste tipo de ensino desde 1989.

No entanto, este esforço desenvolvido pelos professores e formadores das escolas profissionais do setor privado não tiveram o reconhecimento devido pela dedicação ao projeto que tem garantido uma resposta educativa e formativa de grande importância para os jovens e para a suas saídas profissionais e inserção no mercado de trabalho.

Por um lado, o Estado trata as escolas profissionais sem respeito pelo trabalho que os seus profissionais desenvolvem com um sistema de financiamento asfíxiante, desadequado, insuficiente e sistematicamente atrasado. Por outro, os docentes e formadores das escolas profissionais vivem situações de extrema precariedade e instabilidade que não podem ser escamoteadas.

Desregulação laboral

Os responsáveis políticos falam sistematicamente do sucesso do ensino profissional e do seu papel fundamental na qualificação de mais jovens para uma in-

tegração de melhor qualidade na vida ativa, mas esquecem-se dos sacrifícios dos que lá trabalham e da total desregulação laboral existente neste subsistema da educação.

Para esta crescente valorização do modelo do ensino profissional nunca houve a correspondente valorização, por parte dos sucessivos governos e equipas ministeriais, dos milhares de docentes e formadores que tanto contribuíram, com o seu trabalho e dedicação, para o desenvolvimento deste tipo de ensino e dos alunos que o têm frequentado. Este desenvolvimento e a qualidade que as escolas profissionais já demonstraram ter na formação dos jovens foi feito muito à custa dos direitos dos docentes e dos formadores. Vinte e cinco anos após a criação das escolas profissionais o corpo docente e formadores não têm direito a uma carreira. Têm sido criados entraves aos sindicatos para a negociação de um contrato coletivo de trabalho que preveja, entre outros, aspetos de âmbito socioprofissional, regras relativas ao horário de trabalho, da organização das diversas componentes das funções docentes, a definição de uma tabela salarial global terminando com as desigualdades profundas entre as escolas, as condições de progressão na carreira e eliminação dos recibos verdes ilegais impostos aos professores durante anos e anos.

Ultrapassar o sufoco

No entanto, o Governo terá que definir novas regras de financiamento das escolas profissionais

FESAP CONVOCA GREVE

O Secretariado Nacional da FESAP decidiu

convocar greve geral de trabalhadores da Administração Pública para o dia 13 de março.



AGENDA



Sob o tema “1.º Maio / Dia do Trabalhador”, o concurso encontra-se aberto a todos os alunos, distribuídos pelos seguintes escalões:

- 1.º - Educação para a infância (Pintura e Colagem);
- 2.º - 1.º Ciclo do Ensino Básico (Pintura);
- 3.º - 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico (Pintura);
- 4.º - Ensino Secundário (Pintura).

Consultar o regulamento em www.spzc.pt

Os trabalhos premiados serão expostos no local onde a UGT – União Geral de Trabalhadores e a FNE - Federação Nacional da Educação, levam a efeito a comemoração do Dia do Trabalhador, no dia 1 de Maio de 2015.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados na página de facebook da FNE.

privadas terminando com a perspectiva de que o funcionamento de uma escola seja equiparado a qualquer gabinete de formação. As regras de financiamento que estão definidas não se compaginam com os objetivos dos projetos educativos de ciclos de formação a que estas escolas estão obrigadas, estando, por isso, muitas delas a viver momentos dramáticos de verdadeiro sufoco para fazer face aos compromissos associados ao funcionamento destas escolas.

Da parte do SPZC, no âmbito da FNE e da UGT, todos os esforços estão a ser empreendidos para iniciar uma negociação com a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) que permita um acordo sobre a implementação de Contrato Coletivo de Trabalho que regule o exercício de funções dos docentes e dos formadores das escolas profissionais privadas.

Contudo, também não deixaremos de investir na alteração das regras de financiamento que hoje regulam este subsistema de ensino.

[CS]



Processo de transferência de competências para as autarquias nasceu torto

Governo tem apostado numa clara falta de transparência e numa inusitada ausência de participação de agentes e comunidades que são o alfa e o ómega de um paradigma com esta envergadura. Todavia, neste domínio, é bom lembrar que experiências de outros países redundaram em flop

Ao longo das últimas quatro décadas, Portugal assistiu a um grande desenvolvimento regional, fruto da descentralização de competências atribuídas aos órgãos de poder local.

Aliás, é consabido que a proximidade entre decisores e áreas de decisão releva na assunção das orientações e deliberações por parte de quem delas está incumbido, pelo conhecimento *in loco* da facticidade subjacente às situações concretas objeto de análise. Esta situação considerada positiva na perspetiva “micro-analítica”, não pode deixar de nos confrontar com a necessidade de não perder uma visão “macro” de todo o processo decisor e do objeto sobre que incide a tomada de decisão.

Deste modo e se na nossa perspetiva, na ótica do SPZC, não podemos deixar de comungar dos efeitos positivos que se podem colher dessa opção, não podemos também deixar de olhar de uma forma mais abrangente para os efeitos que a mesma pode provocar em áreas onde a procura por um desenvolvimento assente em princípios de igualdade de oportunidades e de justiça relativa não podem ser desconsiderados.

Vem isto a propósito do projecto do Governo de transferência de competências na área da Educação para as autarquias.

Medida autocrática

Esta intenção legiferante do Governo enferma desde logo pelo facto de se traduzir numa medida autocrática e desfasada de qualquer necessidade sentida pelos intervenientes no processo educativo.

Depois enferma de opacidade e de uma subversão dos responsáveis pela tomada das decisões políticas.

Na verdade, se em todas as áreas é questionável, é no mínimo surpreendente,

ou talvez não, que também na Educação a responsabilidade pela transferência de competências para os Municípios esteja a ser conduzida pela Secretaria da Administração Local, assessorada pelo Ministério das Finanças e em que o MEC tem uma intervenção secundária.

Se a proximidade física dos autarcas pode permitir uma melhor gestão dos recursos físicos no que concerne à conservação das infraestruturas, aos meios de apoio aos alunos, nomeadamente no que aos transportes e alimentação diz respeito, no que concerne à gestão dos educadores e professores e à definição dos currículos, a nossa rejeição relativamente a qualquer transferência de competências é clara e total.

Para além disso, também ao nível das questões gestionárias nomeadamente a nível financeiro e a nível pedagógico a clarificação da forma e do conteúdo das mesmas não é clara. Salienta-se desde logo a indefinição da forma como serão geridos os 25 por cento do currículo da responsabilidade local.

Respeito pelo currículo nacional

Princípios de igualdade absoluta e relativa não podem comprometer a carga letiva dos alunos, nem o peso das disciplinas do Currículo Nacional.

Por outro lado, do que é conhecido e pretendido, aponta-se para um congelamento de gastos durante quatro anos, com benefício para os resultados dos exames em detrimento da qualidade pedagógica, cabendo à autarquia a definição dos critérios para a organização e gestão da rede escolar. Esta opção estratégica é uma intromissão clara no espaço de autonomia das Escolas e traduz uma secundarização do papel dos órgãos de direção das escolas e agrupamentos.

Sem embargo do exposto e  segue na p.04

O SPZC e a descentralização de competências

Exigimos que a opacidade do processo de descentralização de competências, na área da educação para as autarquias seja transformado num processo transparente e de participação de todos os intervenientes no desenvolvimento da educação

Denunciamos este processo de descentralização decidido entre governo e autarquias ignorando as escolas, os professores e os contratos de autonomia de escolas entretanto já celebrados e em curso

Exigimos enquanto sindicato e enquanto parceiro social ser ouvido neste processo de descentralização

Exigimos que qualquer processo de descentralização de competências reforce as competências da escola, nomeadamente as de ordem pedagógica, aprofundando deste modo a autonomia que estava em curso

Exigimos que as competências no âmbito da gestão dos docentes, nomeadamente, salários, concursos, carreiras, ação disciplinar e organização curricular continue sob a esfera de competências do Ministério da Educação

Exigimos uma clarificação quanto à possibilidade dos municípios determinarem a gestão de 25% da estrutura curricular dos alunos

mesmo em termos gestionários, não é claro que a transferência de competências se traduza numa melhoria para a qualidade dos serviços prestados.

Há 20 anos a Suécia empreendeu uma experiência semelhante, que foi forçada a abandonar face ao falhanço dos resultados obtidos, nomeadamente na área financeira, com um aumento de custos.

No entanto, e como se tal não bastasse, também ao nível pedagógico a experiência de descentralização se revelou um desastre. Ocorreu um aumento da desigualdade entre escolas, potenciador de fenómenos de segregação social, que veio a constituir-se num problema nacional com expressão prática nos resultados do *Programme for International Student Assessment* (PISA). De tal forma que a OCDE

escrevia em 2014 que “nenhum outro país participante no PISA viu um declínio tão acentuado da performance dos seus alunos como aquele que aconteceu na Suécia na última década”.

Ora, é ou, no mínimo, seria avisado que os responsáveis políticos tivessem presente o conhecimento desta e de outras experiências cujo efeito se veio a traduzir em resultados semelhantes.

Deste modo, movidos por objectivos inconfessáveis mas facilmente apreensíveis, o Governo prepara-se para alijar as suas responsabilidades na área da Educação, violando os mais elementares princípios a que devia estar obrigado, no respeito pelo princípio da igualdade de acesso de todas crianças e jovens a uma Educação de qualidade. [CS]

AVEIRO

Av. Lourenço Peixinho, 97-2º E
3800-165 Aveiro
Tel: 234 428 338 Fax: 234 423 355
E-mail: aveiro@spzc.pt

CALDAS DA RAINHA

R. Alm. Cândido dos Reis, 83 - 2.º Dto
2500 - 125 Caldas da Rainha
Tel: 262 880 850 Fax: 262 880 849
E-mail: caldasdarainha@spzc.pt

CASTELO BRANCO

Rua de Santiago, n.º 3 - 1.º Dto
6000-179 Castelo Branco
Tel: 272 344 360 Fax: 272 343 440
E-mail: castelobranco@spzc.pt

COIMBRA - SEDE

Rua Antero de Quental, 99
3000-032 Coimbra
Tel: 239 853 090 Fax: 239 832 523
E-mail: coimbra@spzc.pt

COVILHÃ

Rua Mateus Fernandes, n.º 34, r/c direito
6200-128 Covilhã
Tel: 275 313 230 Fax: 275 335 725
E-mail: covilha@spzc.pt

FIGUEIRA DA FOZ

Av.25 de Abril, Praceta Zeca Afonso N.º2 R/Ch
3080-086 Figueira da Foz
Tel: 233 424 067 Fax: 233 422 688
E-mail: figueiradafoz@spzc.pt

GUARDA

Rua Mouzinho da Silveira, 11-1º
6300-735 Guarda
Tel: 271 223 538 Fax: 271 211 726
E-mail: guarda@spzc.pt

LAMEGO

Pç. do Comércio, 100-2º Esq.
5100-101 Lamego
Tel: 254 655 046 Fax: 254 655 998
E-mail: lamego@spzc.pt

LEIRIA

Rua Capitão Mouzinho Albuquerque, 107
2400-194 Leiria
Tel: 244 825 532 Fax: 244 815 634
E-mail: leiria@spzc.pt

SEIA

Av. 1º de Maio, Lote 1 Letra P - 4º
6270-479 Seia
Tel: 238 314 609 Fax: 238 314 609
E-mail: seia@spzc.pt

TOMAR

Praça da República, 28-29
2300-550 Tomar
Tel: 249 316 067 Fax: 249 324 307
E-mail: tomar@spzc.pt

VEISEU

Av. Infante D. Henrique, 42
3510-070 Viseu
Tel: 232 467 108 - Fax: 232 467 109
E-mail: viseu@spzc.pt

Colaboraram nesta edição: Carlos Costa, Jorge Pereira, Jorge Santos, José Carlos Queilhas, José Ricardo e Vítor Travassos.

Ações acreditadas promovidas pelo SPZC

Local	Designação	Público	Data	Modalidade	Créditos
Aveiro	Materiais Manipuláveis no Apoio à Aprendizagem da Matemática em Alunos com Necessidades Educativas Especiais	Grupos: 100, 110, 230 e 910	abril - maio	Oficina de Formação	2
C.º Branco	Recurso aos Quadros Interativos Multimedia no Ensino/Aprendizagem das Artes e Expressões	240, 530, 600	maio	Oficina de Formação	2
Covilha	Recurso aos Quadros Interativos Multimedia no Ensino/Aprendizagem das Artes e Expressões	240, 530, 600	abril	Oficina de Formação	2
Viseu (Turma 1)	Curso de Iniciação à Língua Gestual Portuguesa	Todos os níveis e grupos	A decorrer	Curso de Formação	1
Viseu (Turma 2)	Curso de Iniciação à Língua Gestual Portuguesa	Todos os níveis e grupos	abril	Curso de Formação	1
Lamego	Criação de aplicações e ferramentas educacionais baseadas na Internet e na Web 2.0: numa utilização avançada do PC e do Quadro Interativo no 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar	100, 110	abril - maio	Oficina de Formação	2
Guarda	Curso de Iniciação à Língua Gestual Portuguesa	Todos os níveis e grupos	abril	Curso de Formação	1
Tomar	Criação de aplicações e ferramentas educacionais baseadas na Internet e na Web 2.0: numa utilização avançada do PC e do Quadro Interativo no 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar	100, 110	abril - maio	Oficina de Formação	2
Coimbra	Curso de Iniciação à Língua Gestual Portuguesa	Todos os níveis e grupos	A decorrer	Curso de Formação	1
Seia	Criação de aplicações e ferramentas educacionais baseadas na Internet e na Web 2.0: numa utilização avançada do PC e do Quadro Interativo no 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar	100, 110	abril - maio	Oficina de Formação	2
Leiria	Didática da exploração de materiais em Educação Tecnológica no 2.º Ciclo - da argila aos processos cerâmicos	240	maio - junho	Curso de Formação	1
Caldas da Rainha	Em agendamento	Oportunamente anunciaremos as datas de inscrição nas ações			
Fig. da Foz	Em agendamento				

1 de maio 2015 **PARTICIPA**
porto | pavilhão Rosa Mota | festa 
Contacta a tua delegação



Para mais informações sobre o benefícios sociais contacte a sede ou a sua delegação